

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: A INSTALAÇÃO DO NOVO REGIME POLÍTICO NO BRASIL

PROCLAMATION OF THE REPUBLIC: THE INSTALLATION OF THE NEW POLITICAL REGIME IN BRAZIL

PROCLAMACIÓN DE LA REPÚBLICA: LA INSTALACIÓN DEL NUEVO RÉGIMEN POLÍTICO EN BRASIL

Thaise de Sousa Araújo (UFPI)⁵⁷

Resumo: O presente trabalho tem como proposta fazer uma revisão historiográfica a respeito do primeiro ano da República brasileira. O Objetivo é observar os principais aspectos da política republicana no Brasil, observando que já foi dito a respeito do período em questão. Para desenvolvermos o pretendido artigo nos aliaremos a autores como José Murilo De Carvalho, Emília Viotti Da Costa, Frank MacCann, Camila De Freitas Silva e Ana Luiza Backes. Entendemos que o começo republicano foi muito turbulento, porém não há uma conclusão clara dos motivos que a teria resultado e até mesmo não havia uma compreensão uniforme do que viria a ser este regime. Além disso a República, claramente, não tinha chegado para todos.

Palavras-chave: República. Política. Brasil.

Abstract: The present work intends to make a historiographical revision regarding the first year of the Brazilian Republic. The objective is to observe the main aspects of republican politics in Brazil, observing that the repeating of the period in question has already been said. In order to develop the intention we will ally to authors such as José Murilo De Carvalho, Emília Viotti Da Costa, Frank MacCann, Camila De Freitas.Silva and Ana Luiza Backes. We understand that the republican start was very turbulent, but there is no clear conclusion of the reasons that would have resulted and even there was no uniform understanding of what this regime would become. Moreover, the Republic clearly had not arrived at all.

Keywords: Republic Proclamation. Policy. Brazil.

Resumen: El presente trabajo tiene como propuesta hacer una revisión historiográfica respecto al primer año de la República brasileña. El objetivo es observar los principales aspectos de la política republicana en Brasil, observando que ya se ha dicho la repetición del período en cuestión. Para desarrollar el pretendido artículo nos aliaremos a autores como José Murilo De Carvalho, Emilia Viotti Da Costa, Frank MacCann, Camila De Freitas Silva y Ana Luiza Backes. Entendemos que el comienzo republicano fue muy turbulento, pero no hay una conclusión clara de los motivos que la habría resultado e incluso no había una comprensión uniforme de lo que vendría a ser este régimen. Además, la República, claramente, no había llegado para todos.

Palabras clave: República. La política. Bras

Introdução:

Este trabalho tem por proposta, fazer um apanhado historiográfico a respeito do primeiro ano da República brasileira (1889-1890) Tal escolha, justifica-se por fazer parte da construção da minha dissertação de mestrado e portanto, o que se tem a seguir é apenas um sensível passeio pela produção a cerca do assunto. Durante a preparação para a construção deste texto alguns questionamentos foram levantados, tais como: O que teria levado à proclamação da República? Qual o papel do povo neste processo? A República atendeu às necessidades da população? Que

⁵⁷ Aluna do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: thaise17@yahoo.com.br.

pensamentos regeram o movimento republicano num primeiro momento? Para responder a tais perguntas nós trabalharemos alguns autores como José Murilo De Carvalho (1990, 2004, 200, 2016) Emília Viotti Da Costa (1999) Frank MacCann (2007), Camila De Freitas Silva (2011) e Ana Luiza Backes (2006). E por meio deles faremos uma discussão do que já foi tratado na história brasileira sobre o trma.

Os primórdios da República: os primeiros passos da um novo regime.

A proclamação da república é caracterizada pela historiografia como golpe, pois teria ocorrido uma mudança abrupta de regime, sem contudo, encontrar resistência ou luta. De certo é que a população foi pega de surpresa com a implantação do novo regime. Porém durante a primeira década a sua presença pode ser percebida no decurso do governo de Floriano Peixoto⁵⁸, além de revoltas, guerras e agitações civís⁵⁹. Além do conceito de golpe, outras ideias surgiram e foram acopladas a ela, como por exemplo, a teoria que defende que o advento do Novo Regime era algo inevitável, que havia um consenso nacional sobre a necessidade da substituição da monarquia pela república e que havia uma união harmônica entre os militares.

Porém, Castro (2013) chama atenção para aspectos importantes que de certa forma contrariam em parte às ideias postas anteriormente. Segundo ele, mesmo que a República tivesse sido instalada sem nenhuma oposição ou luta em seu favor, dias depois do 15 de novembro de 1889, ocorreram revoltas de soldados e militares em vários pontos do Brasil⁶⁰. Embora esta movimentação fosse pequena, demonstrava que não havia uma maioria republicana no país, além disso, não existia uma união militar e nem uma conformidade nacional sobre a república⁶¹.

Segundo Costa, a república não foi uma consequência de crises que enfraqueceram o império: abolição, a questão religiosa e a questão militar, mas sim, um conjunto de

⁵⁸ Cf. Biografia de Floriano Peixoto. LEMOS, Renato. Floriano Peixoto. In: ABREU, Alzira Alves. et. all: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 2001. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEIXOTO,%20Floriano.pdf> .

⁵⁹ CARVALHO, José Murilo. O pecado orgininal da República: como a exclusão do povo marcou a vida política no país até os dias de hoje. In:_____. *O pecado orgininal da República: Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*.Rio de Jnairo, Editora Novo Tempo.2016. p. 14.

⁶⁰De acordo com Castro, essas revoltas ficaram pouco conhecidas, porque os jornais da época foram impedidos de tratar sobre elas. Cf. CASTRO, Celso. *da República*. Rio de Janeiro. CPDOC; FGV. 2013, p. 1-7 Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PROCLAMA%C3%87%C3%83O%20DA%20REP%C3%9ABLICA.pdf>>. Acessado em: 15 de Junho de 2016.

⁶¹CELSONO, 2013, p. 1

transformações sociais e econômicas que possibilitaram o enfraquecimento das instituições monárquicas⁶².

Conforme nos mostra a pesquisadora, a historiografia tem duas versões sobre os motivos que levaram à proclamação da república. Estas versões teriam caráter superficial, pois eram baseadas em crônicas de personagens presentes naquele acontecimento do 15 de novembro de 1889. As ideias coletadas nestas fontes eram tomadas para si, não havendo análise crítica. As crônicas utilizadas eram, em geral, de monarquistas, republicanos e às vezes de estrangeiros. Costa aponta que conhecer as simpatias, as ideias pessoais e “idiossincrasias” de cada personagem não são suficientes para entender o porquê de tudo, assim é necessário haver também um estudo do contexto histórico daquele evento através de outras fontes.

A primeira das duas versões apontadas pela autora é a de Oliveira Vianna, publicada em *O acaso do Império*⁶³. Vianna era seguidor da ideia que supunha que Marechal Deodoro não tinha a intenção de proclamar a república, mas sim, de tomar um ministério. Desta forma, a presença de Floriano Peixoto junto aos civis teria mudado os rumos de uma simples passeata para um golpe. Ou seja, Floriano teria sido o principal responsável pelo golpe. Vianna crera que o ocorrido naquele dia teria sido um golpe; também acreditara que a existência de poucos membros no quadro do Partido Republicano e a sua pouca representatividade no Congresso simbolizavam que a república recém-criada não corresponderia aos anseios da sociedade. Além do mais, considerara que a facilidade com que tudo ocorreu fora resultado do desprestígio da monarquia, causada pelas críticas dos monarquistas.

A segunda versão apoiada por alguns historiadores é a de que a implantação da república teve êxito graças aos vícios naturais da monarquia, que não se encaixava na realidade das Américas republicanas. Havia um consenso nacional, fortificado pela luta do partido republicano desde 1870, além do desprestígio e dos vícios da monarquia que contribuíram para o advento do novo Regime.

Costa nos adverte que os três fatores apontados por algumas vertentes da historiografia tiveram sua parcela de contribuição, não obstante faz algumas ressalvas: primeiro, a abolição dos escravos refletira as mudanças econômicas que destruíram a “estrutura econômica tradicional”. Ao decretar o fim da escravidão, a monarquia perdera suas forças, pois sua ação atingiu seus pilares de sustentação - as classes ligadas ao sistema político-econômico tradicional, além das regiões cuja dinâmica econômica já estava em decadência. Segundo,

⁶²COSTA, 1999. p. 322-327.

⁶³Cf: VIANNA, Oliveira. *O acaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

quanto à questão religiosa, também não teria contribuído fortemente para a mudança do regime, pois o que mais havia na sociedade brasileira e até dentro da própria igreja era a indiferença no que diz respeito ao clero, além do mais, a república não significava “prestígio” para a igreja. A crise entre a igreja e o estado brasileiro ajudou a aumentar o número de simpatizantes ao movimento republicano. Terceiro, os militares não foram instrumento para a instalação da república e nem mesmo a proclamação foi ao acaso como alegaram os monarquistas. No exército havia pessoas conscientes sobre os acontecimentos que levaram à república, e até participantes do movimento republicano, influenciados pelo positivismo de Benjamin Constant, Inocêncio Serzedelo Correia, Frederico *Sólon* de Sampaio Ribeiro que em parte motivaram a ação dos militares.

Outra ideia que Costa esclarece é que a presença do Partido da República no cenário nacional também não pode por si só ocasionar a queda do Antigo Regime, pois a quantidade de inscritos era pequena, tendo maior relevância na região do centro-sul do Brasil. E também, pela forma do sistema eleitoral brasileiro que não permitia que o partido expandisse. Embora o partido tivesse dificuldades, sua rede organizacional: conferências, comícios e a imprensa principalmente, possibilitava que sua propaganda chegasse a todas as regiões do país.

Outro ponto abordado pela historiadora é sobre a crítica ao poder moderado e à coroa, que na concepção dela, não poderia ter causado a queda do imperador, porque elas existiam desde a queda do gabinete Zacarias de Góis, 30 anos antes.

De acordo com Castro, a proclamação foi realizada por jovens militares oriundos do curso superior da Escola Militar do Rio de Janeiro, eram eles: alferes-aluno, tenentes e capitães influenciados pelo cientificismo e a importância dada ao mérito pessoal. O autor aponta que foram estes dois elementos que influenciaram e foram fundamentais ao exército na derrubada do regime monárquico. Destaca-se que apesar da atuação do exército na proclamação da república, tanto a base da pirâmide hierárquica militar e a marinha estiveram ausentes do ato. Dos oficiais que se situam no topo da hierarquia militar apenas o General Deodoro da Fonseca ⁶⁴teve participação. Já entre os oficiais superiores, pouquíssimos se envolveram.

As participações de Deodoro e Benjamin ⁶⁵Constant foram fundamentais para a noção de unidade no conjunto militar, embora saibamos que não havia um consenso entre eles. A falta

⁶⁴ Biografia de Marechal Deodoro da Fonseca. Cf LEMOS, Renato. Deodoro da Fonseca. In: ABREU, Alzira Alves. et. all: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 2001. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>

⁶⁵ Biografia de Benjamin Constant. Cf: LEMOS, Renato. Benjamin Constant. In: ABREU, Alzira Alves. et. all: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 2001. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSTANT,%20Benjamin.pdf>

de definição sobre o que era uma república de fato, também contribuiu para que os militares que possuíam um pensamento próximo se aliassem de forma harmônica, entretanto, também contribuiu para que essa débil união se desfizesse logo após a instalação da nova república.⁶⁶

Após a proclamação da república, os republicanos tiveram que enfrentar desafios como a centralização política, formação nacional e afirmação da cidadania, problemas estes herdados do império. Além disso, havia a necessidade de consolidação do novo regime⁶⁷. Como afirma Silva:

A república foi instaurada, mas ainda precisava ser consolidada, legitimada e institucionalizada. Era preciso preencher o vazio instaurado pelo novo regime, que precisava se sobrepôr a um passado de longas décadas. Um longo processo que se iniciava e que, para Renato Lessa, só se concretizou com Campos Sales e a política dos governadores.⁶⁸

Embora fossem iminentes os desafios, havia expectativa de esperança e harmonia para o povo brasileiro, porém o que ocorreu durante a primeira década foi uma turbulência e anarquia política como nos mostra Backes:

O período que se inicia a Proclamação da República é extremamente complexo. Ocorrem vários conflitos de todos os tipos, passando por revoltas armadas contra o Governo Federal e contra os governos estaduais; é formado um partido nacional, que logo se desfaz; um congresso é fechado; um Presidente é deposto; e outro escapa por pouco de um atentado. A tumultuada primeira década republicana termina com um arranjo que pacifica as relações entre os grupos, o qual ficou conhecido como os pactos dos governadores.⁶⁹

Isso pode ser explicado primeiramente com a exclusão do povo e benefícios que a República deveria trazer em sua bagagem, como direito moradia, educação de qualidade, liberdade de ir e vir por todos os lugares, direitos trabalhistas, o direito ao voto, já que até o ano de 1930 apenas 7,8 % da população brasileira tinha poder de voto de acordo com a Constituição de 1891, ou seja, de 30,6 milhões de pessoas, apenas 2,4 milhões poderiam participar do sufrágio eleitoral. Entre outras coisas⁷⁰ McCann diz que a República sobreviveu a força e que

⁶⁶*Ibid.* 2013, p. 3-4.

⁶⁷CARVALHO, José Murilo. Utopias republicanas. In: _____, *A Formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990, p. 17- 33.

⁶⁸SILVA, Camila de Freitas. O 15 de Novembro na imprensa carioca. *AEDOS: Revista do corpo discente do PPG - História da UFRGS*, n. 8. Vol. 3, Rio de Janeiro- Junho 2011, p. 179. (ISSN: 1984-5634)

⁶⁹BACKES, Ana Luiza, Pactos e as interpretações. In: _____ *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília. Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações. 2006. P. 33. (Parlamento em Teses. 1)

⁷⁰CARVALHO, 2016, ,p.14

a sua demora em buscar o voto popular estaria ligado à sua consciência de legitimidade. Desta forma, o povo que assim como não enxergava o Império como seu representante, viu na República situação semelhante.⁷¹ De 1822, quando ocorre a independência do Brasil, a 1930, ano que marca o fim da Primeira República, a única alteração no que diz respeito à cidadania foi a libertação dos negros, que foram inclusos nos direitos civis, porém isto aconteceu de maneira mais formal que concreta. Desta forma, Carvalho conclui que a alteração nos direitos do povo foi diminuta.⁷² Assim, durante a década de 1890, ocorreu a revolta de Canudos,⁷³ considerada na História brasileira exemplo de fidelidade incondicional a suas crenças. Sob o comando do beato Antonio Conselheiro milhares de seguidores lutaram no interior da Bahia e se manifestaram politicamente ao lutarem contra a obrigação de pagamento de impostos e a mudança da relação entre Igreja e Estado, humilhando o Exército.⁷⁴

Outro motivo para este período em questão é que após a proclamação, alguns civis acreditavam que os militares entregar-lhe-iam o poder o que não aconteceu. O relacionamento ruim com o Congresso e também outros motivos levou ao Governo de Deodoro da Fonseca (15/11/1889 a 23/11/1891) bastante instabilidade política a ponto de este renunciar ao poder. Floriano Peixoto (23/11/1891 a 15/11/1894), vice-presidente, assumiu o cargo deixado e teve a oportunidade de implantar um governo forte. Mas as discordâncias entre civis e militares sobre quem deveria assumir o cargo de presidente continuaram, tornando-se cada vez mais afloradas.

No Brasil, três concepções de modelos de repúblicas se destacaram no século XX e influenciaram na formação do novo regime político. São elas: liberalismo, jacobinismo e positivismo. Embora estas correntes fossem de matrizes ideológicas diferentes, caminharam juntas até o golpe de 15 de novembro. A partir de então, as forças republicanas começaram a andar sem conformidade, pois defendiam ideais diferentes.

O primeiro modelo de república que apresentaremos é o liberalismo baseado na forma americana. Ele foi adotado pelos proprietários rurais, especialmente os proprietários de terras paulistas que, desde 1871, eram a maior parte do partido republicano melhor organizado. Este modelo político era o que mais agradava aos proprietários rurais porque:

Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo a ampla participação popular tanto na implantação, como no governo da

⁷¹ MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In:_____. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007, p. 44

⁷² CARVALHO, José Murilo. Primeiro passo (1822-1930). In:_____, *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007, p. 17.

⁷³ Sobre a Guerra de Canudos. Cf. CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

⁷⁴ Id. 2016, p. 16

República. Mais ainda ao definir o público como a soma de interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para defesa de seus interesses individuais.⁷⁵

Além disso, “convinha-lhes também a ênfase americana na organização do poder, não apenas por estar na tradição de um país, mas, principalmente, pela preocupação com a ordem social e política própria de uma classe de ex-senhores.”

Diferentemente do modelo americano, que se constituiu graças à necessidade de formar uma sociedade com organização de poder, o liberalismo consolidava as desigualdades sociais. Sobre isso Carvalho afirma que o presidencialismo e o darwinismo republicano, juntos, estavam prontos para constituir um regime autoritário.

O segundo modelo, o jacobinismo, era representado por professores, intelectuais, artistas, pequenos proprietários, dentre outros. “Para estas pessoas, a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlava recursos de poder econômico e social capazes de coloca-los em vantagem em um sistema de competição livre”⁷⁶. Conforme Carvalho, a ideia de república a partir da versão jacobina era abstrata ao povo, embora fosse a que dava mais protagonismo aos mesmos, e a dificuldade de operacionalizar as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade deixaram-nas no campo simbólico. De acordo com o autor, os defensores deste viés ideológico viam na monarquia semelhanças do antigo regime francês deposto em 1789, a ponto de pensar em participação popular efetiva na luta pela república, porém a massa populacional apoiava a monarquia. Era notável entre liberais e jacobinos a importância do estado para seus interesses, mesmo sendo esta um reflexo da monarquia. Silva Jardim era o seu principal representante, e almejava promover um fuzilamento contra o Conde d’Eu, marido da Princesa Isabel, e que possuía origem francesa. A realização de um desejo como esse traria mais legitimidade à Revolução no Brasil, acreditava o republicano histórico.⁷⁷

O terceiro modelo, por sua vez, foi o positivista e o mesmo trazia uma gama de teorias que ofereciam a solução para acabar de vez com a monarquia e consolidar a república. São elas: condenação da monarquia em nome do progresso, separação entre igreja e estado, a ideia de uma ditadura republicana, além de um apelo a um governo executivo forte e intervencionista. Este modelo propunha a inserção de camadas sociais mais baixas na sociedade moderna, de uma política social implantada pelo estado, mostra-se mais eficaz do que o modelo francês e atraiu o operariado, mais precisamente o estatal. Os militares foram os seus principais

⁷⁵CARVALHO, j. 1999, p. 24.

⁷⁶*Id. Ibid*, p. 25

⁷⁷ *Id.* 2016, p. 13

representantes, embora este modelo não considere a ação política realizada por militares adequada, pois eles são o próprio estado. Entretanto os mesmos conseguiram contornar essa situação graças à sua formação científica e adotaram o modelo da ditadura republicana⁷⁸.

Ainda conforme Carvalho:

Ora, além de ter surgido em uma sociedade desigual e profundamente hierarquizada, a república brasileira foi proclamada em um momento de especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão. A febre especulativa atingiu de modo especial a capital do país, centro dos acontecimentos que levaram a República. Em vez da agitação do Terceiro Estado, a república brasileira nasceu na agitação dos especuladores, agitação que só fez aumentar pela continuação da política emissionista. O espírito de especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo, denunciado amplamente na imprensa, na tribuna, nos romances, dava ao novo regime uma marca incompatível com a virtude republicana. Em tais circunstâncias, não se podia nem mesmo falar na definição utilitarista política como a soma dos interesses individuais. Simplesmente não havia preocupação com o público. Predominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem a ética protestante⁷⁹.

Durante o governo de Floriano Peixoto, que tinha orientação jacobina, houve um combate contra especuladores e banqueiros, mas durou pouco tempo. Para o autor a corrupção voltou de tal modo a fazer parte do novo regime que sua imagem ficou deteriorada e a monarquia que anteriormente era acusada de corrupção virou símbolo de “austeridade”. Como nos mostra Carvalho:

Já ficou registrado que o fim do Império e o início da República foi uma época caracterizada por uma grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes. Eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando de grande confusão ideológica: Liberalismo, Positivismo, (...) misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas. Contudo, seria enganoso descartar as ideias da época como simples desorientação. Tudo era sem dúvidas, um pouco louco, mas havia uma lógica na loucura, como poderemos verificar no nosso exame de problema de cidadania⁸⁰.

⁷⁸Ibid. 1999, p. 27-28.

⁷⁹CARVALHO, J. 1999, p. 30.

⁸⁰CARVALHO, José Murilo. República e Cidades. In: _____, *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia da Letras. 2004, p. 42 - 65.

Como podemos observar, entende-se que essas matrizes ideológicas, embora diferentes, não foram descartadas, mas moldadas às necessidades e interesses daqueles que obtinham o poder. A matriz ideológica jacobina foi a que ganhou mais espaço durante o governo de Floriano Peixoto e teve seu climax durante a tentativa de assassinato do Presidente Prudente de Moraes. A partir do Governo Campos Sales, a corrente de pensamento dominante passou a ser a ser Liberal-Federalista, e assim São Paulo passou a ter influência predominante na política nacional, trazendo cada vez mais o federalismo e sendo cada vez menos liberal.⁸¹

Considerações finais:

Desta forma, entendemos que o começo republicano foi muito turbulento no espaço político em que a violência estava presente e ainda, que não há uma conclusão clara dos motivos que teriam resultado na intalação do Novo Regime e a queda do Império. Percebe-se também que não havia uma compreensão uniforme do que viria a ser este regime ao observarmos três modelos de república existentes. Além disso a República claramente não tinha chegado para todos, pois a população pouco teve direitos essenciais atendidos. Ou seja, o povo foi excluído. Em meio a esta situação o povo reagiu como pode, e o exemplo disto é a própria Guerra de Canudos ocorrida ainda dentro da primeira década republicana, no interior da Bahia, que lutou contra o Exército.

REFRÊNCIAS:

BACKES, Ana Luiza, Pactos e as interpretações. In: _____ *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília. Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações. 2006. P.

CARVALHO, José Murilo. Primeiro passo (1822-1930). In: _____, *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007, p.

CARVALHO, José Murilo. O pecado orgininal da República: como a exclusão do povo marcou a vida política no país até os dias de hoje. In: _____. *O pecado orgininal da República: Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Jnairo, Editora Novo Tempo. 2016, p. 13-18

CARVALHO, José Murilo. República e Cidanias. In: _____, *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia da Letras. 2004, p. 42 - 65.

⁸¹ Id. 2016, p. 14

CARVALHO, José Murilo. Utopias republicanas. In: _____, *A Formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990, p. 17- 33.

COSTA, Emília Viotti da. A Proclamação da República. In:_____, *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 450-492

MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In:_____. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007, p. 27 – 101,

SILVA, Camila de Freitas. O 15 de Novembro na imprensa carioca. *AEDOS: Revista do corpo discente do PPG - História da UFRGS*, n. 8. Vol. 3, Rio de Janeiro.2011